

Meio Ambiente, Globalização e Sustentabilidade

Regina Helena Tunes¹

Introdução

A questão ambiental, nos últimos anos, se tornou um dos temas mais debatidos pela sociedade e eixo de intervenção e de discussão dos Estados através de reuniões temáticas e órgãos supranacionais, com grande destaque para o papel da Organização das Nações Unidas (ONU).

Nosso objetivo neste texto é discutir a problemática ambiental na escala global levando-se em consideração o processo de globalização e desenvolvimento dos países em uma abordagem crítica a respeito do discurso do “desenvolvimento sustentável”.

Essa perspectiva toma como pressuposto o sentido da globalização como possibilidade de um mundo possível e menos desigual. Assim, podemos relacionar a ordem ambiental global, através de diversos acordos ambientais na escala global, com a possibilidade de vermos um mundo diferentemente e possível, como nos mostra Milton Santos (2001):

“(...) podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta.”
(SANTOS, 2001, p.20)

Acreditamos que os três elementos destacados na citação acima se relacionam com a discussão ambiental internacional. Primeiro a questão da técnica, apesar de globalmente seletiva e heterogênea, não podemos deixar de notar que os avanços técnicos, sobretudo os mais recentes da Revolução Técnico-Científica, colaboram com as preocupações de ordem ambiental. Os satélites, os modernos sistemas de previsão de tempo e de

¹ Geógrafa, mestre e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Professora dos cursos de Licenciatura em Geografia e Ciências Sociais do Núcleo de Educação à Distância (Nead) da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES).

desastres naturais, a cooperação científica internacional, a divulgação de imagens em tempo real pela mídia em praticamente todo o mundo são situações que revelam a relação entre o avanço da técnica e uso que pode ser feito para uma questão ambiental.

A convergência de momentos e o conhecimento do planeta, de forma integrada, se relacionam com o meio ambiente global através da necessidade atual de um debate mais simétrico e emergente sobre o nível de degradação ambiental do planeta, ainda que seja, não podemos esquecer, uma degradação excludente e desigual. Para isso, para que essa discussão ocorra sobre bases mais seguras, tanto do ponto de vista teórico como o do empírico, o conhecimento da dinâmica natural do planeta e sua relação dialética com a sociedade é fundamental. Para tal dividimos nosso texto em três partes, na primeira denominada de Globalização e meio ambiente tem como objetivo discutir o porquê a questão ambiental emerge como uma das grandes problemáticas do novo século e qual a relação que podemos estabelecer entre isso e o processo de globalização. A segunda discutiu a relação entre o Crescimento Econômico, Desenvolvimento e Natureza para chegarmos a última parte em que contextualizamos a nossa crítica a idéia de sustentabilidade ambiental e apontamos caminhos possíveis para sua superação.

Globalização e Meio Ambiente

Nessa primeira parte do texto o nosso objetivo é discutir o porquê a questão ambiental emerge como uma das grandes problemáticas do novo século e qual a relação que podemos estabelecer entre isso e o processo de globalização.

Morosine (2005) afirma que a capacidade que a sociedade tem de interferir na natureza para dela retirar o seu sustento e sobrevivência, permitiu a exploração e consumo de recursos por muito tempo sem que se pensasse em sua conservação. Esse tipo de relação entre sociedade e natureza persistiu por muito tempo na história mundial e foi decisiva nos momentos de colonização, neocolonização e na Revolução Industrial inglesa do século XIX.

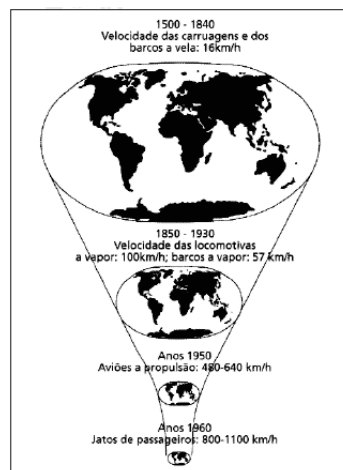
Somente há poucas décadas, em decorrência da ampliação da escala dos problemas ambientais, do aumento dos índices de poluição e da constatação de que muitos recursos

naturais não são renováveis é que se iniciou um movimento em favor da utilização racional destes recursos. Podemos afirmar que, do ponto de vista histórico, esse movimento ambiental amplia as suas bases e sua divulgação na mídia internacional a partir da segunda metade do século XX.

Período este que se assemelha a fase de ampliação das relações comerciais, culturais, sociais e políticas sintetizadas pelo processo de globalização (ou também denominado pela literatura francesa de processo de mundialização). Precisamos, antes de qualquer coisa, entender um pouco mais o que significa de fato dizer que vivemos hoje em um mundo globalizado e, principalmente, identificar como isso altera de forma desigual o cotidiano da sociedade e a relação com a questão ambiental.

Podemos entender que a globalização é um processo de integração cada vez maior entre os mercados mundiais possibilitado pelo avanço técnico das comunicações e dos transportes. Isso significa dizer que o cerne do processo atual de globalização reside na relação entre o encurtamento do tempo pelo espaço, ou nas palavras do geógrafo David Harvey (1993, p. 219) “a compressão do tempo-espaço” representado na figura abaixo.

Figura 1 – O encolhimento do mapa do mundo graças à inovações nos transportes que ‘aniquilam o espaço por meio do tempo’.



Fonte: HARVEY (1993, p. 220)



Edição Especial

O que a figura publicada originalmente por Harvey mostra é que com a evolução técnica dos transportes e das comunicações a relação com o tempo e o espaço foi alterada, ao ponto que metaforicamente na imagem, temos hoje um mundo cada vez menor.

“A seguir, vou me referir com freqüência ao conceito de ‘compressão do tempo-espaço’. Pretendo indicar com essa expressão processos que revolucionaram as qualidades objetivas do espaço e do tempo de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos. Uso a palavra ‘compressão’ por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo de vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo aparece encolher sobre nós” (HARVEY, 1993, p. 219).

Outro importante ponto que ressaltamos no uso da imagem acima para referenciar o processo de globalização é a questão do tempo cronológico e histórico. Apesar de o vocábulo globalização ser de uso mais freqüente hoje, não podemos afirmar que esse processo iniciou-se há pouco tempo. Pelo contrário, como bem mostra David Harvey (1993), se quisermos pontuar um início do processo de globalização provavelmente teremos que retroceder vários séculos e iniciarmos uma análise histórica a partir do começo do sistema capitalista de produção.

Porém, como Harvey e vários outros autores da área de ciências humanas - podemos citar entre eles Milton Santos, Renato Ortiz, Eric Hobsbawm, entre outros – apontam o processo de globalização deve ser entendido como um fenômeno histórico fragmentado, excludente e seletivo, o que significa dizer que precisamos ter um olhar crítico sobre a forma como nos é apresentado o processo e a forma como de fato o processo se apresenta na escala mundial.

Milton Santos (2001) nos apresenta a globalização a partir de três perspectivas interessante, segundo o autor, para compreender o processo fugindo de uma abordagem superficial e enganosa. Santos (2001, p. 18) define “o primeiro seria o mundo tal como

nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização”.

Na primeira perspectiva, o mundo como fábula, o autor se refere a forma como nos é apresentada a globalização, principalmente pela mídia e pelo marketing de empresas globais, como um processo capaz de homogeneizar o espaço e dar acesso a toda a sociedade mundial dos benesses do processo globalizante, leia-se do acesso a tecnologia de ponta, dos meios de comunicação cada vez mais rápidos, dos avanços médicos que garantem qualidade de vida e ampliam a expectativa de vida.

Porém, a globalização como perversidade nos mostra como essas vantagens do processo de globalização se manifestam efetivamente no mundo.

“De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes” (SANTOS, 2001, p. 19).

Os dados do último Relatório do Desenvolvimento Humano (2011) mostram que os 50% mais pobres da população respondem por apenas 1% da riqueza do planeta. A renda pessoal está distribuída de maneira tão desigual no mundo que os 2% mais ricos da população adulta detêm mais de 50% dos ativos mundiais, enquanto os 50% de pessoas mais pobres detêm apenas 1% da riqueza do planeta.

A questão ambiental também pode ser discutida a partir dessa perspectiva da (re)produção das desigualdades em um mundo perversamente globalizador. Isso porque os estudos sobre questões ambientais de escala global apontam claramente que, em um quadro de ampliação da degradação ambiental, são os países pobres os que terão os efeitos mais negativos relacionados, muitas vezes, a um padrão de consumo e produção que não estão sob sua responsabilidade.

Segundo dados divulgados pelo Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011, que tem como título *Sustentabilidade e Equidade: um futuro melhor para todos*, em uma proposta claramente relacionada à discussão das questões ambientais globais, os países ricos foram os principais emissores de gases tóxicos, principalmente o gás carbônico, na atmosfera, porém o impacto mais significativo em termos de perda de biodiversidade e de produção de alimentos ocorreu nos países mais pobres.

De acordo com o mesmo estudo, uma pessoa que viva em um país de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito elevado emite, em média, quatro vezes mais dióxido de carbono e o dobro de metano e óxido nitroso do que uma pessoa de um país de IDH médio e trinta vezes mais do que uma pessoa que more em um país de IDH baixo. Essa distorção está ligada às diferenças socioeconômicas da população e o nível de desenvolvimento desigual do mundo.

Uma última abordagem que gostaríamos de tratar para finalizar essa amostragem de dados que relacionam a questão ambiental ao processo de globalização é a questão do consumo e da produção dos resíduos sólidos.

Segundo o Instituto Socioambiental (2005) um norte-americano médio consome cerca de 300 quilos de papel por ano, enquanto o indiano médio consome 4 quilos por ano e, em 20 países na África, o consumidor médio consome menos de 1 quilo por ano.

Em relação à produção e destinação dos resíduos sólidos a questão da desigualdade também é evidente. Muitos países ricos, como EUA, Japão e França, exportam para os países mais pobres, inclusive até pouco tempo atrás, para o Brasil, o lixo tóxico. A Alemanha, por exemplo, repassou os seus resíduos tóxicos por muitos anos para a África e o Leste Europeu. A Polônia, país do Leste Europeu, decidiu devolver, nos últimos anos, as montanhas de pilhas compostas de substâncias altamente tóxicas (mercúrio, chumbo, zinco, manganês) para a Alemanha.

A reprodução da desigual distribuição de bens confirma a tese de muitos cientistas sociais e ambientalistas, entre eles destacamos Genebaldo Dias (2002), de que a equidade social e material do sistema capitalista é improvável e insustentável, pois se toda a população mundial desfrutasse do mesmo padrão de produção e consumo,

exclusivo dos países ricos, que representam cerca de 15% da população, faltariam recursos naturais e a degradação ambiental seria insuportável.

“Na verdade, se todos os habitantes da Terra vivessem como a média dos(as) americanos(as) e japoneses(as), seriam necessários mais três planetas para sustentar a vida humana, pois esses povos consomem 80% dos recursos naturais” (DIAS, 2002:41). Para concluirmos, isso significa dizer que a globalização sem os desequilíbrios sociais, econômicos e ambientais se apresenta mesmo como *fábula* e que a perversidade do processo nos impõe uma necessidade de uma leitura crítica do mundo, inclusive sobre as questões ambientais que são hoje uma das esferas centrais de discussão e debates da comunidade acadêmica mundial.

Mas, fica uma última pergunta: a terceira forma de ver o mundo globalizante de Milton Santos: o mundo como ele pode ser? Nas próximas seções, tentaremos apontar caminhos possíveis para pensarmos na relação entre as questões ambientais e, quem sabe, outra globalização que levaria a formação de uma sociedade alicerçada por valores e hábitos verdadeiramente sustentáveis.

Sustentabilidade Ambiental

A origem do conceito de desenvolvimento sustentável é polêmica e há uma série de indicações históricas sobre a sua gênese desde estudos da pré-história a debates mais recentes. Segundo Giasanti (1998) foi de um engenheiro florestal norteamericano, no século XIX, que surgiram as premissas que embasam a teorização do desenvolvimento sustentável: “o uso dos recursos naturais pela geração presente, a prevenção do desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para poucos cidadãos” (Giasanti, 1998:9).

Praticamente um século depois, com o agravamento dos problemas ambientais e de qualidade de vida das grandes cidades, particularmente no mundo desenvolvido, a preocupação com o crescimento econômico atrelado ao ambiental ganha nova força e as discussões nesse sentido tem crescido cada vez mais.

Os acordos e reuniões ambientais envolvendo vários países do mundo, ricos e pobres, e a polarização do discurso em torno do crescimento zero e do desenvolvimentismo da década de 1970², retomaram a necessidade da discussão envolvendo meio ambiente, crescimento econômico e desenvolvimento.

Nesse sentido, Strong (1973) inaugura o conceito de ecodesenvolvimento para caracterizar uma concepção alternativa de desenvolvimento nas áreas rurais dos países pobres. Ignacy Sachs (1993), economista polonês e naturalizado francês, ampliou essa noção ao estabelecer o desenvolvimento como um conceito pluridimensional que não se restringe apenas à relação com o ambiental, mas incorpora também as dimensões social, cultural, econômica e política.

O autor faz uma proposição para a definição do conteúdo da palavra desenvolvimento partindo da seguinte hierarquização: o social no comando, o ecológico enquanto restrição assumida e o econômico recolocado em seu papel instrumental (SACHS, 2007, p. 266). Assim, partindo desses princípios, o autor define as oito dimensões essenciais da sustentabilidade, apresentadas no quadro abaixo.

² Nesse debate, os dois polos faziam referência aos interesses dos países mais ricos que defendiam o crescimento zero e estavam organizados no que ficou conhecido no período como Clube de Roma e os interesses dos países pobres, especialmente os emergentes, que defendiam a perspectiva desenvolvimentista. Este debate polarizou especialmente a primeira reunião da ONU sobre questões ambientais que ocorreu em 1972 em Estocolmo na Suécia.



Quadro 1 – Dimensões da Sustentabilidade de Ignacy Sachs (2002)

Dimensões	Principais características
Social	Refere-se ao alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Cultural	Referente a mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação), capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas) e autoconfiança, combinada com abertura para o mundo
Ecológica	Relacionada à preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis.
Ambiental	Trata-se de respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
Territorial	Refere-se a configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis
Econômica	Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e



	inserção soberana na economia internacional.
Política (nacional)	Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social
Política (internacional)	Baseada na eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, Pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco), controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade, sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter <i>commodity</i> da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade

Fonte: SACHS (2002:85-89)

Porém, a consagração do termo de desenvolvimento sustentável ocorreu apenas na década de 1980 com a publicação do documento Nosso Futuro Comum, mais conhecido como *Relatório Brundtland*, ao afirmar: “aquele que atende às necessidades do presente

sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” e ainda destaca alguns pontos importantes dessa política tanto nas relações internacionais como nas instituições nacionais, apresentadas abaixo:

- Um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório;
- Um sistema econômico capaz de gerar excedentes e *know how* técnico em bases confiáveis e constantes;
- Um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não equilibrado;
- Um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento;
- Um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções;
- Um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento;
- Um sistema administrativo flexível e capaz de autocorrigir-se.

Mas, vai além, propõe dois conceitos chaves para a compreensão do desenvolvimento sustentável, “o conceito de ‘necessidades’, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres no mundo, que devem receber a máxima prioridade; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras”.

Nesse último ponto, o *Relatório Brundtland* aborda uma questão que precisa ser mais discutida. Ao tratar das regiões pobres do mundo, demonstra uma preocupação com as desigualdades socioespaciais do mundo e relaciona isso a questões de democracia, igualdade social e relações internacionais mais equitativas, pontos que abordam, recuperando Sachs, as dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas apontadas pelo autor.

Porém, sabemos que essas dimensões carecem de uma clara orientação internacional sobre como resolvê-las ou mesmo tratá-las levando em consideração a discrepância de



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Edição Especial

interesses, compromissos e objetivos de países ricos e pobres no que tange as questões de sustentabilidade ambiental.

Mais do que isso, a relação entre sustentabilidade ambiental e desenvolvimento, nos obriga, essencialmente, a discutir a concepção de desenvolvimento que estamos tratando e como isso pode ser analisado a partir de perspectivas tão díspares em seus níveis como temos atualmente no mundo.

Crescimento Econômico, Desenvolvimento e Natureza

As primeiras noções sobre o conceito de desenvolvimento sustentável foi explorado anteriormente e notamos que há uma preocupação, no uso desse conceito, com o desenvolvimento atual e futuro. Mais que isso, há uma relação estabelecida entre a preocupação com o meio ambiente saudável e a manutenção de índices econômicos e sociais interessantes.

Mas, daí decorre o primeiro questionamento que pretendemos trabalhar: como se articulam, na perspectiva ambiental, as dimensões econômicas e sociais do desenvolvimento? Na verdade, a primeira pergunta que precisamos nos fazer é: afinal, o que é desenvolvimento?

Dessa discussão, tão presente no Brasil nos de 1970 e 1980 nos debates sobre o subdesenvolvimento brasileiro capitaneado pelos economistas e cientistas políticos da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), interessa-nos primeiro distinguir a ideia de desenvolvimento da de crescimento econômico.

A ideia de crescimento econômico está atrelado especificamente a dimensão econômica e o aumento dos investimentos, comércio exterior, riqueza acumulada que pode ser interpretada a partir de dados como o Produto Interno Bruto (PIB) per capita ou o volume total de exportações de cada país. Isso não significa, ainda que países apresentem bons índices de crescimento econômico, que a sociedade terá elevação no seu padrão de vida e melhora da qualidade de vida.

Um bom exemplo para ilustrar essa situação foi o período do Milagre Econômico no Brasil, na ditadura militar, em que os índices positivos do crescimento da economia não

foram acompanhados por elevação da qualidade de vida e da oferta de serviços públicos de qualidade.

Já a concepção de desenvolvimento é bem diferente. Desenvolvimento significa, de forma breve, que o crescimento econômico garante melhoria nas condições de vida da população e acesso a maior quantidade e qualidade de serviços públicos a sociedade. Nota-se, portanto, a articulação entre as dimensões econômicas e sociais. Porém, acreditamos que essa articulação entre o econômico e o social não ocorre de forma automática e, por isso mesmo, precisa ser problematizada para que possamos compreender a sua verdadeira dimensão.

Uma contribuição importante no Brasil sobre esse debate é a do economista e cientista político Celso Furtado. O autor, entre várias de suas publicações, esclarece muito bem a questão do desenvolvimento associado a dimensão apenas econômica dizendo

[...] a idéia de desenvolvimento econômico **é um simples mito**. Graças a essa idéia, tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-lo em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento (Furtado, 1974: 43).

Assim, na perspectiva apontada por Furtado, o crescimento econômico estrito não garante necessariamente o desenvolvimento, daí não ter sentido tratar de desenvolvimento econômico.

Outra contribuição importante nesse sentido é de Vecchiatti (2004: 90) que afirma

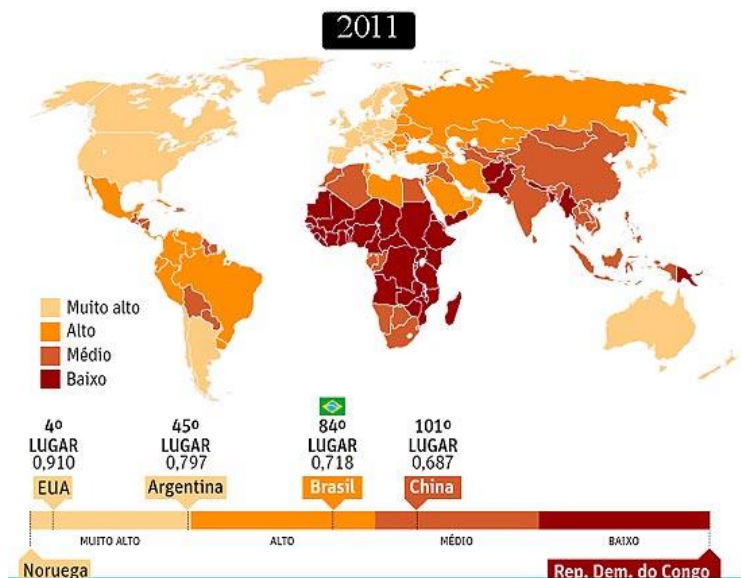
“uma das conclusões óbvias que pode ser extraída desse quadro de contrastes é que o crescimento econômico, por si só, não traz automaticamente o desenvolvimento. Na prática, a equação que relaciona crescimento e desenvolvimento, ainda não está com suas variáveis equilibradas; ela ainda desafia os economistas questionando se o desenvolvimento socialmente justo e

ambientalmente sustentável estaria realmente na contramão do crescimento econômico”.

Além da diferenciação entre crescimento econômico e desenvolvimento, ainda antes de mergulharmos no estudo direcionado a problemática ambiental, precisamos tratar das desigualdades do desenvolvimento. Isso porque, simplesmente usar a expressão desenvolvimento mundial, ou expressões semelhantes, obscurece o caráter essencialmente excludente, centralizador e desigual do capitalismo.

A análise de praticamente qualquer indicador mundial de desenvolvimento mostra essa situação dispare entre as regiões e países do mundo. O mapa abaixo representa os dados do IDH de 2011 e comprova o quanto o desenvolvimento é desigual no mundo.

Mapa 01 – Mundo: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 2011



Fonte: <http://geografiaedivertido.blogspot.com.br/p/blog-page.html>. Acesso em 02/12/13.

As situações destacadas na legenda do mapa são muito interessantes para entendermos ainda de forma mais clara a diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico. É de conhecimento de todos que a China representa hoje o país de maior crescimento



Edição Especial

econômico, com valores próximos dos 10% anuais durante essa década, porém em termos de desenvolvimento ocupa a 101º lugar no ranking mundial.

A comparação entre os casos do Brasil e da Argentina também são bem producentes. A economia brasileira possui uma situação de crescimento e estabilidade econômica maior do que a economia da Argentina, porém em termos de desenvolvimento a situação argentina é muito superior a brasileira.

Claro que caberia aqui uma discussão sobre os indicadores de desenvolvimento utilizados pela ONU para chegar ao cálculo do IDH nacional. Não temos condições de agora entrar nessa esfera da discussão, mas de qualquer forma, a análise anterior reforça nosso argumento da diferenciação necessária entre crescimento da economia e desenvolvimento.

Trazendo agora a discussão para o âmbito ambiental, resta-nos tratar de como o desenvolvimento se articula com o sustentável. O termo sustentável nos remete à idéia do que pode se sustentar e, na ecologia, a concepção de ecossistemas estáveis, equilibrados, funcionando com base na interdependência e complementaridade. Ou seja, está clara a idéia de certa *estabilidade e equilíbrio*.

Estabilidade e equilíbrio não são expressões fáceis de articular com desenvolvimento. Vimos o quanto o desenvolvimento é excludente e, por isso, essa integração com o sustentável torna-se frágil e desafiadora.

Não é necessária uma investigação profunda para se dar conta do verdadeiro paradoxo no qual se inicia o século XXI: de um lado o crescimento econômico e as transformações tecnológicas sem precedentes, por outro, a dramática condição social de uma grande maioria de pessoas, além de problemas ambientais graves. Não obstante, disseminou-se pelo planeta inteiro a imagem de um estilo de vida ocidental de alto consumo, conforto material e permanente entretenimento (Oliveira, 2010:4).

Na tentativa de avançar no dilema da articulação entre desenvolvimento e sustentabilidade, alguns autores que trabalham com a temática ambiental, com destaque para os sociólogos Eduardo Viola e H. Leis (1995) e Antonio Carlos Diegues (2003),

propõem o uso do conceito de sociedades sustentáveis, ao invés do desenvolvimento sustentável.

Além da dificuldade conceitual e empírica de articulação entre a esfera econômica e a ambiental, os autores citam, como justificativa para essa abordagem, a aproximação com a política neoliberal e a mercantilização das questões ambientais atualmente.

A citação abaixo, de autoria de Diegues (2003:4), sintetiza essas abordagens de crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável como temos hoje formulado pelos documentos oficiais, como o já citado *Relatório Brundtland*.

A terceira crítica é mais global e radical e diz respeito à própria concepção de desenvolvimento como estratégia e instrumento para se chegar a uma melhoria da qualidade de vida da população. Os conceitos de desenvolvimento e mesmo o chamado ‘sustentado’ se baseiam na necessidade de se atingir o grau de ‘desenvolvimento’ atingido pelas sociedades industrializadas. Está cada vez mais claro que o estilo de desenvolvimento dessas sociedades, baseado num consumo exorbitante de energia, artificialmente barata e intensiva em recursos naturais, sobretudo aqueles vindos dos países do Terceiro Mundo, é igualmente insustentável a médio e longo prazos. Além disso, é patente que a distância entre esses dois grupos de países está se alargando cada vez mais, apesar das fracassadas- ‘décadas de desenvolvimento’ oficialmente estabelecidas pela ONU. Daí a necessidade de se pensar o problema global sob a perspectiva de ‘comunidades ou sociedades sustentáveis’ e não de desenvolvimento sustentável. Isso significa que é imperioso que cada sociedade se estruture em termos de sustentabilidades próprias, segundo suas tradições culturais, seus parâmetros próprios e sua composição étnica específica. Isso não invalida as conquistas universais hoje consolidadas nos princípios da Declaração dos Direitos Humanos e outras declarações e acordos mais universais que devem estar na

base da sustentabilidade sob o prisma da participação democrática na construção das sociedades sustentáveis.

É muito clara na citação acima a forma como o desenvolvimento, o crescimento econômico e a abordagem sustentável estão extremamente relacionadas, mas que devem ser analisadas de forma crítica quanto aos desníveis de desenvolvimento e de uso insustentável dos recursos naturais do planeta.

No sentido então de trabalhar com a relação desenvolvimento e sustentabilidade ambiental de forma a destacar a importância da sociedade em uma relação eticamente diferente com a natureza e levando em consideração as questões atuais de desenvolvimento diferenciado dos países, o conceito de sociedades sustentáveis pode ser assim definido

A construção de comunidades e sociedades sustentáveis deve partir da reafirmação de seus elementos culturais e históricos, do desenvolvimento de novas solidariedades, do respeito à natureza não pela mercantilização da biodiversidade, mas pelo fato que a criação ou manutenção de uma relação mais harmoniosa entre sociedade e natureza serem um dos fundamentos das sociedades sustentáveis (DIEGUES, 2003: 1-2).

Assim, consideramos que a discussão mais importante a ser feita nesse início de novo século é como podemos transformar nossa sociedade com valores e hábitos mais saudáveis, se aproximando da idéia de uma sociedade sustentável de fato, ao invés de insistirmos numa lógica que se apresenta desde o início contraditório e desigual mundialmente que é o discurso do desenvolvimento sustentável.

Considerações Finais

Evidenciamos ao longo do texto a relação entre globalização, desenvolvimento e sustentabilidade no sentido de questionarmos o significado dado pelo senso comum para a expressão desenvolvimento sustentável. Acreditamos que tenham ficado claro as contradições e os dilemas teóricos e práticos que esse conceito carrega em sua origem e no uso cotidiano.

Com uma proposta de superação das dificuldades no uso da sustentabilidade ambiental em seu sentido mais genérico, indicamos alguns caminhos possíveis para pensarmos de forma diferente e aprofundarmos a compreensão da concepção de sociedades sustentáveis. Parece-nos que essa abordagem é capaz de superar os limites do conceito anterior ampliando a discussão do ambiental para as demais dimensões da vida em sociedade (cultural, político, social, econômico e ambiental).

Porém, para que possamos pensar na formação de uma sociedade com valores, hábitos e normas diferentes das atuais, precisamos, essencialmente, relacionar com o poder de transformação que a educação tem em uma sociedade. Não é possível sonharmos com outra globalização, solidária, humana, menos desigual, ambientalmente mais equilibrada, base para uma sociedade sustentável, sem dar um sentido central ao papel da educação e a necessidade de pensarmos em sua qualidade e na universalidade dos processos de aprendizagem em escala global.

Referências:

DIAS, Genebaldo Freire. Iniciação a Temática Ambiental. São Paulo, Gaia, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos. Sociedades e Comunidades Sustentáveis. São Paulo, Nupaub, 2003. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/comsust.pdf> Acesso em 02/12/13.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo, Paz e Terra, 1974.



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Edição Especial

GIASANTI, Roberto. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. São Paulo, Atual, 1998.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo, Ed. Loyola, 1993.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/>. Acesso em 19/11/13.

MOROSINE, Maria de Fátima Morais. Gestão e Controle Ambiental, João Pessoa: ABES, 2005. 84p

OLIVEIRA, E. C. de. Crescimento e desenvolvimento econômico: a sustentabilidade como modelo alternativo. Disponível: <http://www.funge.com.br/upload_trabalhos/13_artigoiiforumambiental.pdf>. Acesso em: 25 out. 2010.

VECCHIATT, Karin. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. 2004. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2004, p. 90-95.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano. *Sustentabilidade e Equidade: um futuro melhor para todos*. 2011. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf. Acesso em 20/11/13.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Milton. Por uma outra Globalização. São Paulo, Record, 2001.



Regina Helena Tunes

Geógrafa, mestre e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Professora dos cursos de Licenciatura em Geografia e Ciências Sociais do Núcleo de Educação à Distância (Nead) da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES).

Para citar este trabalho:

TUNES, Regina Helena; Meio Ambiente, Globalização e Sustentabilidade, Ágora – Revista Acadêmica de Formação de Professores, Unimes Virtual, Edição Especial . Disponível em:

<http://periodicosunimes.unimesvirtual.com.br/index.php?journal=formacao>